

Do Desenvolvimentismo à Desindustrialização: Brasil, 1930-2022

Pedro Cezar Dutra Fonseca

Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pesquisador do CNPq

Adalmir Antonio Marquetti

Professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Pesquisador do CNPq

Resumo

O presente capítulo aborda as mudanças estruturais de economia brasileira entre 1930 e 2022. No período do desenvolvimentismo (1930-1980) houve a industrialização do País, quando há predominância do neoliberalismo e da financeirização (1980-2022) ocorreu a desindustrialização. A velocidade dessas mudanças revela que elas não decorreram somente de políticas econômicas (cambiais, monetárias e fiscais), estavam associadas a aspectos que abrangem pactos de poder político, questões institucionais, a inserção internacional, a mudanças tecnológicas e a distribuição de renda. Portanto, a reindustrialização brasileira demandará mudanças estruturais, em particular, uma nova articulação entre estado, setor privado e os diferentes segmentos sociais capazes de dar sustentação a novo projeto para o país.

1. Introdução

O que mais surpreende o analista do processo de industrialização do Brasil é a intensidade em que o mesmo ocorreu e seu êxito. De país praticamente rural e de economia agroexportadora durante o século XIX, o setor industrial começou a despontar nas primeiras décadas do século XX, embora ainda com certa timidez, e ganhou impulso expressivo após 1930, ainda em plena Grande Depressão. A partir daí, a participação do setor na PIB foi de constante ascensão: de 10% em 1930, alcançou 17,5% em 1947, no Pós-Guerra, até atingir 27,3% em 1986. Se tomarmos como referência o PIB dos EUA, a convergência é significativa ao longo das cinco décadas entre 1930 e 1980, pois a relação percentual entre ambos cresceu de 3,4% para 15% (ver

figuras 1 e 2)¹. Tal período ficou conhecido como “processo de substituição de importações” (PSI), já que este se verificou sob impulso de restrições externas recorrentes do balanço de pagamentos, o que estimulava a produção doméstica de itens antes importados. Daí autores como Furtado ([1959] 1977) e Tavares (1972) também o tenham caracterizado como voltado “para dentro”, já que as variáveis mais relevantes para dinamizar o crescimento eram o investimento (I) e o gasto do governo (G), além do consumo das famílias (C) – em contraposição às décadas anteriores, do modelo agroexportador, cujo crescimento fora induzido pelas exportações (X).

Por outro lado, nas décadas seguintes, a queda de participação da indústria no valor agregado bruto (VAB) foi tão expressiva quanto fora sua trajetória ascendente até então: de 27.3% em 1986, chegou a 18.6% em 1992 e 12% em 2019. Arend (2014) construiu indicadores que evidenciam que a desindustrialização do Brasil foi maior tanto dentro do contexto latino-americano (em níveis próximos à da Argentina) como em comparação com países como da Europa Ocidental, Estados Unidos, África Subsaariana e Oceania. A convergência com o PIB norte-americano foi também revertida, principalmente entre 1980 e 1999, quando a participação percentual do PIB brasileiro em relação ao norte-americano caiu de 15% para 13,4% (Bolt e Van Zanden, 2020). A simples visualização do gráfico 2 ilustra que a perda relativa da participação do setor industrial foi mais expressiva nas décadas de 1980 e 1990, a contar que no século XXI até houve períodos curtos de ganho relativo. Note-se, ainda, que a comparação com os dados da economia dos EUA não pode desconsiderar que neste também houve desindustrialização no mesmo período, como argumentam alguns autores (Lawrence e Edwards, 2013), embora, em média, seu crescimento do PIB seja maior que o do Brasil no período.

¹ Já Marcelo Abreu (1992), ao comparar a participação do setor industrial no PIB vis-à-vis ao do setor agrícola, estima que em 1928 a primeira era de 16% e, deste último, de 30%. Já em 1947, quando já se dispõe de estatísticas oficiais, a participação da indústria atinge 25,2% e da agricultura cai para 20,7%.

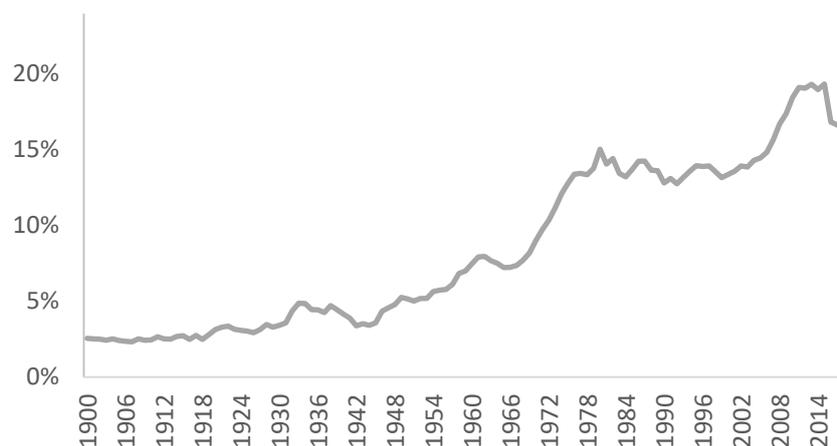


Figura 1: Relação entre os PIBs do Brasil e do Estados Unidos, 1900-2018, PPC 2011

Fonte: Bolt e Van Zanden (2020).

Não é difícil, destarte, sustentar a hipótese de que tanto o processo de industrialização como o de desindustrialização do Brasil foram intensos, sobretudo quando se mede a participação do setor industrial no VAB e no emprego. Pode-se dizer que, com a possível exceção do Japão, foi a economia que mais cresceu ao longo ao século XX, enquanto, a partir de 1980, foi uma das que mais se desindustrializaram, tanto se medirmos a reversão dos principais indicadores com base em uma série histórica do próprio país como em comparação com outros países. O desafio, por ora, não é apenas registrar o ocorrido – o que boa parte da literatura já o fez, como se mostrará ao longo do capítulo – mas também investigar variáveis e ensaiar explicações que ajudem a elucidar suas causas.

No período de 1930 a 1980, conhecido como era desenvolvimentista, o Brasil passou por processo de industrialização. Já do início da década de 1980 até 2022, período caracterizado pela literatura como neoliberalismo, ocorreu a desindustrialização. Este capítulo aborda os principais fatores que influenciaram a mudança estrutural em ambos os períodos. Está organizado em três seções, além desta introdução. A segunda seção discute a industrialização durante o desenvolvimentismo, enquanto a terceira aborda a desindustrialização no período neoliberal. Por fim, a última seção apresenta algumas considerações sobre as perspectivas de reindustrialização do Brasil.

2. Industrialização e desenvolvimentismo

Ao se perscrutar as razões do impulso da industrialização a partir da década de 1930, faz-se mister lembrar as medidas de política econômica postas em prática pelos governos, as quais foram implantadas sob o respaldo do ideário que as embasavam e justificavam, consagrado tradicionalmente se consagrou sob o termo *desenvolvimentismo*. Este, portanto, abarca tanto um fenômeno do mundo das ideias (teorias, ideologias, crenças) quanto ações concretas, executadas e/ou formuladas pelos governantes, como a formulação as políticas macroeconômicas (monetárias, cambiais, fiscais) e também as institucionais, a exemplo da criação de códigos, leis, portarias, instruções e novos ministérios, órgãos, departamentos modificando: para usar a expressão de Draibe (1985), a “ossatura material do Estado”. Se é praticamente consensual que teorizações de maior envergadura só surgiram na década de 1950, sob o impulso da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), tampouco se pode negar que já na década de 1930, não só no Brasil, mas em outros países latino-americanos, governos tomaram ações no sentido de impulsionar a indústria, de modo que não raramente há quem considere que industrialização, substituição de importações e desenvolvimentismo sejam usados alternativa para designar um mesmo fenômeno, como se fossem sinônimos.

Na tentativa de maior precisão conceitual, pesquisa que analisa 34 governos de 8 países latino-americanos do século XX trabalho anterior, apontou três atributos constituintes como presentes em todos eles, e que podem ser considerados como o “núcleo duro” do desenvolvimentismo: projeto nacional, intervencionismo e industrialização (Fonseca, 2014). Isto significa que embora o desenvolvimentismo em cada país apresente suas peculiaridades, como soe ocorrer com trajetórias de industrialização² (uns implantando reforma agrária e redistribuição de renda, por exemplo, enquanto outros, não), esses três atributos são indissociáveis ao fenômeno. Tal metodologia implica que o entendimento de processos históricos concretos, como o caso aqui em tela - o do Brasil – exige que se atente como os mesmos se materializaram e se associaram para impulsionar mudança estrutural de envergadura e abrangência, pois embora tenha na economia importante variável explicativa (e, quiçá, difusora), abarca a política, o arcabouço jurídico-

² Veja-se, nesse sentido, o clássico trabalho de GERSCHENKRON, A. (2015).

institucional, a cultura, a educação, a administração pública e a saúde, dentre outras áreas.

O fato de o Brasil apresentar taxas tão expressivas de crescimento industrial na década de 1930 contribuiu para o entendimento de que a Grande Depressão seria a variável responsável pela mudança. Todavia, antes de ser determinante ou exclusiva, tratava-se de *variável contextual*, ou seja, contribuiu ao abrir uma oportunidade histórica que poderia ou não ser aproveitada, a depender de condições locais e de decisões tomadas internamente (tanto que apenas uma minoria de países latino-americanos registrou processo similar, o qual se restringiu aos de economias já mais pujantes, como do México, Argentina, Colômbia e Chile, além do Brasil). A leitura de Peláez (1969) sobre a interpretação de Furtado ([1959] 1977) em *Formação Econômica do Brasil* contribuiu para tal equívoco, ao lhe outorgar o rótulo de “teoria dos choques adversos”, fazendo crer que, para este, o “deslocamento do centro dinâmico” em favor do mercado interno e da indústria dera-se a partir de uma “variável exógena”, em desprezo das políticas internas. Trata-se, todavia, de leitura parcial, pois o próprio Furtado, na mesma obra, mostra com acuidade quão foram decisivas as políticas econômicas executadas pelo governo, sem quais a mudança estrutural não ocorreria. Dentre elas, citam-se a desvalorização cambial e a sustentação da demanda agregada com a compra e destruição do excedente de café, com financiamento e crédito através de expansão monetária, medidas que contribuíram decisivamente para deslocar os preços relativos em favor do mercado externo, com efeito multiplicador pelo conjunto da economia, o qual se mostrou importante fator anticíclico. Destarte, o crescimento industrial a partir de 1932 é praticamente consenso: autores como Vilella e Suzigan (1973) calcularam que entre 1932 e 1939 foi de 11,2% ao ano, número próximo ao encontrado por Versiani (1980); enquanto Fishlow (1972) mostra que, entre 1932 e 1937, o crescimento do número de trabalhadores empregados pelo setor cresceu 10,4% anuais.

A hipótese mais defensável, portanto, é que embora a crise internacional deflagrada em 1929 tenha contribuído para impulsionar e consolidar o desenvolvimentismo como guia norteador das ações governamentais que se tornou hegemônica no país por pelo menos cinco décadas, o mesmo não pode ser reduzidos à mera decorrência sua. O Brasil ilustra caso exitoso de disposição governamental e construção de arranjo político (o que não dispensou autoritarismo) para viabilizar a execução do *projeto*: este aponta que foram ações conscientes, concatenadas e executados pelo grupo dirigente, com vistas a superar

o “atraso” ou o subdesenvolvimento. Ou seja, o *intervencionismo* verificado no campo econômico e em outras áreas, responsável por ampliar e complexificar a agenda do estado, ajuda a evidenciar que o crescimento liderado pela *indústria* dificilmente pode ser explicado sem tais medidas e sem este propósito explícito, que na linguagem de Max Weber pode ser entendida como “ação social racional”, ou seja, com meios e fins explicitados e consistentes entre si³. Assim, não pode ser entendido como resultado de qualquer variável que dispense tal interrelação, seja de cunho “exógeno”, como decorrência linear da crise internacional, ou tampouco de decisões restritas à microeconomia ou à lógica “natural” de decisões individuais de mercado, que ocorreriam sem que o contexto macroeconômico e mudanças institucionais o respaldasse. Firma-se, em decorrência, o corolário de que o desenvolvimentismo, como projeto que exigiu ações deliberadas em favor da industrialização, não poderia prescindir de um arranjo político que o viabilizasse. E este muitas vezes foi de difícil construção, já que o empresariado industrial e outros setores que poderiam se posicionar em defesa do projeto, como os trabalhadores urbanos e a burocracia estatal, eram incipientes e/ou de pouca expressão nas arenas políticas formais além de, muitas vezes,

³ A precisão terminológica exige ter-se presente que os termos teóricos possuem diferentes graus de abstração (e, *ipso facto*, de concreção). Intervencionismo possui maior nível de abstração que desenvolvimentismo, de forma que todo desenvolvimentismo é intervencionista (se o mercado ou alguma “lei natural” levasse *per se* à superação do subdesenvolvimento ele seria desnecessário), embora a recíproca não seja verdadeira. A rigor, com exceção do liberalismo clássico e do anarquismo, todas as doutrinas e teorias econômicas defendem certa intervenção do estado na economia. Indo a menor grau de abstração, na prática há *intervencionismos* diversos, os quais se distinguem entre si não só pela profundidade da intervenção mas, principalmente, pelas razões que lhe dão sentido e mobilizam seus adeptos. No caso do desenvolvimentismo, seu propósito maior é a superação do subdesenvolvimento, de modo que estes dois conceitos formam uma unidade antitética. Trata-se de um projeto que acena para o longo prazo e supõe a consciência de superação de atraso ou mesmo dependência com relação a outros países, com a especificidade de ser dentro do sistema capitalista, esposando um “reformismo” que difere das propostas revolucionárias de inspiração marxista. Todavia, como estas, repousa em uma ideologia que induz a práxis, cuja utopia aponta para construção de uma sociedade a qual se associam valores maiores, como mais igualdade, autonomia, soberania, riqueza, harmonia, etc. A comunidade científica e os usuários em geral, e mais recentemente a mídia, se encarregam de criar termos para designar diferentes tipos de intervencionismo, muitos dos quais na experiências históricas se mesclam, o que nem sempre é fácil ao analista distingui-los com precisão. Como exemplos: keynesianismo (administração da demanda agregada no curto prazo para se contrapor aos ciclos e ao desemprego); social-democracia (melhor distribuição de renda através de políticas fiscais e acesso universal a bens públicos); trabalhismo (ênfase na legislação que assegura direitos a trabalhadores sindicalizados); socialismo real ou comunismo (planejamento centralizado, com supressão da propriedade privada e dos mecanismos de mercado na formação de preços e decisões de produção), etc. Em busca de maior nível de concreção para facilitar a precisão conceitual, também a comunidade científica lança mão de *subtipos* ou *conceitos radiais* que permitem distinguir diferentes tipos de desenvolvimentismo, como o “nacional-desenvolvimentismo”, “dependente-associado”, “novo desenvolvimentismo” e “social-desenvolvimentismo” (ver Fonseca, 2014).

também compartilhem dos valores e *Weltanschauung* das elites agrárias (Fausto, 1970).

Como exemplos contrafactuais para reforçar o argumento, pode-se lembrar o baixo crescimento da Argentina na década de 1930, com a política econômica ortodoxa implantada pelo governo do general José Uriburu, que liderara golpe para depor o presidente reformista Hipólito Yrigoyen. É impressionante assinalar que, em plena crise responsável por definitivamente abalar o Império Britânico, o governo argentino propunha retornar ao padrão ouro – símbolo dos tempos áureos de sua hegemonia - sob o argumento de que o mesmo traria credibilidade externa para atrair capitais de modo a fazer frente ao desequilíbrio do balanço de pagamentos, quando não havia tais capitais com a quebra generalizada dos bancos. Assim, enquanto o Brasil crescia e, segundo Furtado ([1959] 1977), revertia o período recessivo muito antes que a maior parte dos países desenvolvidos, a Argentina afundava-se mais na depressão (com perda de posição que jamais retomou a *Belle Époque* das décadas antecedentes). A força dos setores exportadores e agrários também se fez valer na Colômbia, com a deposição do governo de Lopes Pumarejo após propor e/ou executar várias medidas a favor da indústria, do mercado interno e dos trabalhadores, como a legislação trabalhista (Toscano, 2012).

O ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil persistiu pelo menos até a Constituição de 1988, que consagrou várias medidas de cunho desenvolvimentista e de afirmação de direitos sociais, mesmo após ter sido na prática abandonado na formulação da política econômica, a partir da recessão verificada nos anos iniciais da década, a qual inaugurou a opção deliberada de priorizar o combate à inflação e ao desse equilíbrio externo em substituição ao crescimento. Castro (1977) denominou de “convenção do crescimento” o consenso que entende ter sido encampado pelas elites brasileiras ao longo daquelas décadas. Já Erber (2011) assinala que uma *convenção de desenvolvimento* [...] trata das *transformações estruturais* que devem ser introduzidas na sociedade, estabelecendo o que há de “errado” no presente, fruto do passado, qual o futuro desejável, quais estruturas devem ser mudadas e as agendas de mudança, positiva e negativa” (ERBER, 2011, p. 32-33, grifo do autor). Nota-se que tal definição abrange tanto as concepções de projeto (“futuro desejável”) como as de consciência e de intervenção (“agendas de mudança”).

Os resultados positivos obtidos com relação ao crescimento industrial e à convergência com o PIB americano antes mencionados sustentam a clássica afirmação de Castro (1984) segundo a qual, com o II PND, na década de 1970, o Brasil conseguira “fechar sua matriz industrial”, ilustrando um dos casos internacionais mais bem sucedido de industrialização por substituição de importações. Nesse período, logrou completar a internalização dos ramos mais “difíceis”, de mais alta relação capital/produto e tecnologia, como bens de capital e insumos básicos, após se ter praticamente ter findado a substituição dos bens de consumo-salário na década de 1950 e dos bens de consumo duráveis na década de 1960, sob o impulso do capital estrangeiro, a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Note-se que aqui se tem claramente o sentido do termo convenção como determinado consenso que se sobrepõe, em muitos aspectos, às divergências políticas em outras áreas, pois abrangeu governos de matizes tão diversos como os de Vargas, Dutra, Kubitschek, Goulart e os militares após 1964 (a exceção seria o curto período de Café Filho, em 1954-55). As controvérsias então verificadas, polarizadoras da política, davam-se mais quanto ao que se poderia chamar de “estilo” do desenvolvimento, de suas prioridades e abrangência, e não ao mesmo enquanto tal: por exemplo, se os investimentos deveriam se dar sob a liderança de mais ou menos capital estrangeiro e/ou impulsionado por empresas estatais (que consagrou a tipificação entre nacional-desenvolvimentismo” e desenvolvimentismo “dependente-associado”); se chegaria aos trabalhadores com mais ou menos redistribuição de renda; e se deveria incorporar no projeto reforma agrária capaz de taxar o latifúndio improdutivo, aumentar a produtividade no campo e incluir na economia capitalista propriamente dita os trabalhadores rurais até então à margem dela, tanto como pequenos produtores como consumidores.

Podem ser lembrados vários fatores que contribuíram para a afirmação do desenvolvimentismo e do êxito em seu propósito de construir o parque industrial brasileiro, fatores esses que merecem ser retomados para o entendimento da reversão do processo ocorrido nas décadas posteriores a 1980 – a desindustrialização.

a) Contexto externo:

O impacto da Grande Depressão nas principais economias capitalistas, sobejamente conhecido, repercutiu no planeta todo. O abalo no sistema financeiro diminuiu o fluxo do movimento de mercadorias e capitais. Isso incitou mesmo as economias líderes a voltarem-se para dentro em busca de alternativas – sugestão do próprio

Keynes na Teoria Geral (ajeita-se a economia doméstica e a do mundo ...). Para países da América Latina que já tinham certo desenvolvimento capitalista, matérias primas e mercado consumidor doméstico, como o Brasil, a opção pela produção industrial interna, pelo menos nos setores de tecnologia mais simples e com fatores que o país tinha em abundância, como recursos naturais e mão de obra, tornou-se alternativa possível e viável - a depender da capacidade de resposta local a tal estímulo. Tal fenômeno pode ser percebido como uma “oportunidade histórica” que poderia ou não aproveitada. A guerra iniciada em 1939 também contribuiu para forçar alinhamentos e manteve o poder de barganha a países como o Brasil, cuja geopolítica favorável permitiu acordos com os EUA que acertaram compras bilaterais e transferência de tecnologia, o financiamento à siderurgia de Volta Redonda e a contrapartida da abertura do Nordeste a tropas aliadas.

A despeito de várias mudanças no pós-guerra, novos acontecimentos vieram reforçar tais possibilidades de industrialização “periférica”, num revigoramento da já antiga onda tecnológica fordista. Abre-se, portanto, o que seria conhecida mais tarde como “era de ouro do capitalismo”, do pleno emprego, do *Welfare State* e da ampliação dos direitos sociais, que na América Latina é coetânea do processo de substituição de importações, do trabalhismo varguista, do peronismo argentino, do PRI mexicano e do avanço de indicadores sociais em países como Chile e Uruguai – mas também da Revolução Cubana. De um lado, no plano da estratégia empresarial, grandes grupos, “multinacionais” ou “transnacionais” - procuraram neles se localizar, em busca de novos mercados e de mão de obra mais barata, fugindo dos impostos progressivos, dos direitos trabalhistas e da força sindical trazidos pela Social-Democracia, num contexto de Guerra Fria e avanço do socialismo. De outro, a hegemonia incontestada dos EUA apoiou instituições como BIRD e BID, assim como a CEPAL, voltadas a ajudar na reconstrução dos países derrotados, mas que também, na margem, passaram a formular e financiar projetos de desenvolvimento na América Latina. Kubitschek, no Brasil, e Frondizi, na Argentina, muito souberam aproveitar tais oportunidades da “Aliança para o Progresso”, sob o argumento de que o desenvolvimento era o melhor antídoto contra o avanço do comunismo;

b) Bases Sociais de Sustentação:

A diferença do Brasil, a seu favor, com relação a outros países latino-americanos é que tinha um setor agrário de mercado interno forte, com economias regionais diversificadas e que produziam não só para exportação, mas para o mercado nacional e também de subsistência local, como nos estados do Sul, em Minas Gerais, e, em menor escala na metade norte do país. Embora a liderança exportadora seja incontestada, a crise da economia cafeeira já dava sinais no início do século XX, levando o Governo Federal “socializar os prejuízos”, na expressão de Celso Furtado ([1959] 1977). Vargas provinha desses segmentos e soube compor com eles, em defesa do mercado interno e das “indústrias naturais”, aquelas que usavam e valorizavam as matérias-primas da agricultura e da pecuária locais, como têxteis, vestuário, calçados, artigos de couro e lã, bebidas, laticínios, alimentos, como banha, farináceos, bolachas, etc. Abriam-se as portas para a defesa de um projeto de industrialização com apoio de parte significativa do setor agrário nacional, e o revide tentado pelo núcleo exportados – a chamada “Revolução Constitucionalista” de 1932 em São Paulo, foi derrotada com ação decisiva de outro segmento que já apoiara Vargas na “Revolução de 1930”: os militares. Estes ascenderam a vários cargos relevantes da administração, inclusive como interventores nos governos estaduais (os “tenentes”) e, pela própria missão voltada à segurança em contexto de ameaça de nova guerra, defendiam ir além das indústrias tidas como “naturais”, mas incorporar no projeto as voltadas à defesa, como siderurgia, armamentos, farmacêutica, além de transportes terrestres, marítimos e aviação. Constituiu-se, portanto, um “bloco no poder” que, a despeito de divergências internas, fechavam no que veio se chamar de “convenção do crescimento”, com epicentro na indústria e no aumento da produtividade do setor primário e na constituição da infraestrutura que o viabilizasse. A esses vieram se somar segmentos de “classe média” urbana, especialmente a burocracia do estado, que se complexificava e se modernizava; as mulheres, que passaram a ter direito a voto; e os trabalhadores da indústria e do setor público, que já mostram sua força com a legislação trabalhista (Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943) e na campanha do “queremismo”, em 1944, com grande mobilização em defesa de que a Constituinte convocada o fosse mantendo Vargas no poder até sua votação e assegurasse todos os direitos conquistados no Estado Novo;

c) Pacto Político: Nas cinco décadas que vigorou o PSI, registram-se três ditaduras (1930-34), 1937-45 e 1964-86) e cinco novas Cartas Constitucionais (1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e, se caso queira acrescentar, 1988), fatos que por si só mostram a instabilidade política vigente. O maior período de democracia durou menos de vinte anos, de 1946 a 1964, e foi respaldado por dois partidos criados por Vargas ao final do Estado Novo: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Estes de certo modo procuravam abarcar a grande as bases sociais bastante diversificadas do governo e que davam sustentação a seu projeto desenvolvimentistas. O PSD, mais conservador, contava com líderes estaduais que deram apoio à ditadura estado-novista, empresários industriais, segmentos de classe média moderados (como os católicos) e boa parte dos proprietários de terra, especialmente os vinculados à produção interna. Além de financiamento e linhas de crédito na então criada Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, que oficializava o financiamento ao setor, Vargas lhe garantiu duas medidas institucionais que se tornaram marca de sua habilidade política: não estender a legislação trabalhista ao campo e tampouco mencionar a reforma agrária, que seria substituída por colonização das imensas áreas devolutas existentes no país (a “Marcha para o Oeste”). Já o PTB possuía base de empresários industriais de vários portes e setores, mas também de sindicalistas e trabalhadores urbanos emergentes, segmentos médios nacionalistas e, surpreendentemente, no Rio Grande do Sul, parte significativa da elite agrária, especialmente na área da fronteira, de onde vieram líderes como Vargas e João Goulart. Esta ampla aliança política, muitas vezes chamada impropriamente de “populista” (pois possuía pretensões de se adequar à democracia parlamentar representativa), começou a desfazer a partir de 1960 com a radicalização política, resultado do acirramento da Guerra Fria com a Revolução Cubana, e dos movimentos de trabalhadores urbanos e rurais, como as “ligas camponesas”, que ocasionaram divisões irreconciliáveis no pacto político até vigente, inclusive nas forças armadas. Deve-se salientar que estas, especialmente o Exército, sempre se mostraram avalizadoras do processo de industrialização, seja nos períodos democráticos período, seja nas ditaduras, sustentando Vargas desde a sua ascensão ao poder, em 1930, até concordar em depô-lo e logo conquistando à Presidência da República com a eleição do Gen. Dutra (1946), com o Gen. Lott garantindo a ameaçada posse de Juscelino Kubitschek (1956) e, finalmente, após 1964, quando os governos militares rejeitaram o trabalhismo e propostas que

consideravam esquerdistas, como reforma agrária e restrições ao capital estrangeiro, mas não o de industrialização acelerada, a qual se sintetizava no slogan “Segurança e Desenvolvimento”. Ao contrário de países como Argentina e Chile, no Brasil o neoliberalismo e as privatizações não avançaram nesse período. Ao contrário, as estatais foram fortalecidas, assim como os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento à produção e à pesquisa, com a pretensão de fazer avançar o projeto de industrialização aos ramos de bens de capital, infraestrutura (estradas, portos, aeroportos, energia) e insumos básicos (petróleo e minérios). Era a tal “convenção” referida por Castro (1977) e Erber (2011), antes mencionadas;

- d) Administração e Instituições Públicas: Vários autores, como Evans (1992) salientaram a importância de constituir uma burocracia forte, com bases meritocráticas, que assumisse a responsabilidade de levar adiante no aparelho estatal o projeto de industrialização. Arrolou como experiências exitosas Japão, Coreia e Taiwan, e situou o Brasil em uma posição intermediária a países que chamou de “burocracia predatória”, a exemplo do Zaire. Também Chang (1999) argumentou que o projeto não pode prescindir de uma administração pública eficiente, para coordenar e implementar mudanças, formular propostas e acompanhar metas, de forma a assegurar os investimentos públicos e privados e administrar os conflitos sociais inerentes a processos de mudança.

No Brasil, as reformas institucionais ocorreram desde a década de 1930, quando apareceram as primeiras leis do trabalho e os códigos de Minas e de Águas, importante por delimitarem os direitos de propriedade do solo e do subsolo. E também as reformas educacionais de Francisco Campos (1931) e Capanema (1942), responsáveis por incentivar o ensino primário, com a ampliação formação de professores em nível médio, com a expansão das redes de Curso Normal (transformado em Habilitação de Magistério em 1971, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e em propor alternativas em prol do ensino técnico e profissionalizante (antes bastante concentrado na formação de elites, cujo símbolo era o “Curso Clássico”, que priorizava disciplinas como Retórica, Francês, Latim, Filosofia e disciplinas de Humanas, praticamente excluindo as científicas), além de cursos superiores em áreas mais diretamente ligadas à modernização da estrutura produtiva e de gestão, como Engenharia, Medicina Veterinária, Agronomia, Contabilidade, Economia e Administração.

Na administração pública, a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, em 1938, regrou o ingresso na administração pública, afirmando o concurso e a estabilidade nos âmbitos federal e estadual (os “daspinhos”). Também após 1964, no governo militar, estes foram reafirmados, estabelecendo-se planos de carreira em vários segmentos do funcionalismo (e extinguindo a estabilidade após dez anos no setor privado que vinha da CLT varguista). Várias instituições de estado, ao longo das décadas em pauta, foram importantes para viabilizar o processo desenvolvimentista, desde estatais como Vale do Rio Doce, Fábrica Nacional de Motores, Companhia Siderúrgica Nacional, Petrobras, Eletrobras, Itaipu, Embrapa, até voltadas ao financiamento (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e estaduais, BNDE(S), BRDE, Banco do Nordeste, da Amazônia e demais bancos estaduais de desenvolvimento, dentre outros), desenvolvimento regional (SUDENE, SUFRAMA) e pesquisa (IBGE, IPEA, CNPq, CAPES, CFP, FINEP, Embrapa, Fiocruz, Universidades Públicas, FAPESP e demais fundações estaduais de amparo à pesquisa). Isso sem contar institutos voltados a setores específicos, como os institutos do Café, do Instituto do Açúcar e do Alcool, do Mate, do Pinho, do Cacau, da Borracha e do Trigo, dentre outros. Indispensável, finalmente, é lembrar o Itamarati, com diplomacia eficiente e exemplar, mesmo em vistas a padrões internacionais mais rigorosos.

Associado a esses fatores estava a elevada rentabilidade do capital. A industrialização brasileira ocorreu inicialmente em setores com menor relação capital-produto e a oferta abundante de mão de obra. Além disso, na divisão da produção, cabia às empresas privadas produzir em setores com menor relação capital-produto, enquanto as empresas públicas e multinacionais produziam onde havia maior exigência de capital e riscos mais elevados. A combinação desses fatores resultou em elevada acumulação do capital durante o desenvolvimentismo. Como pode ser observado na Figura 2, a industrialização brasileira é um fenômeno ligado às altas taxas de acumulação de capital vigentes entre o final da Segunda Guerra Mundial e 1980, que foram superiores a 8 % ao ano. Após a queda da taxa de acumulação no início da década de 1980, iniciou-se a desindustrialização da economia brasileira até hoje verificada.

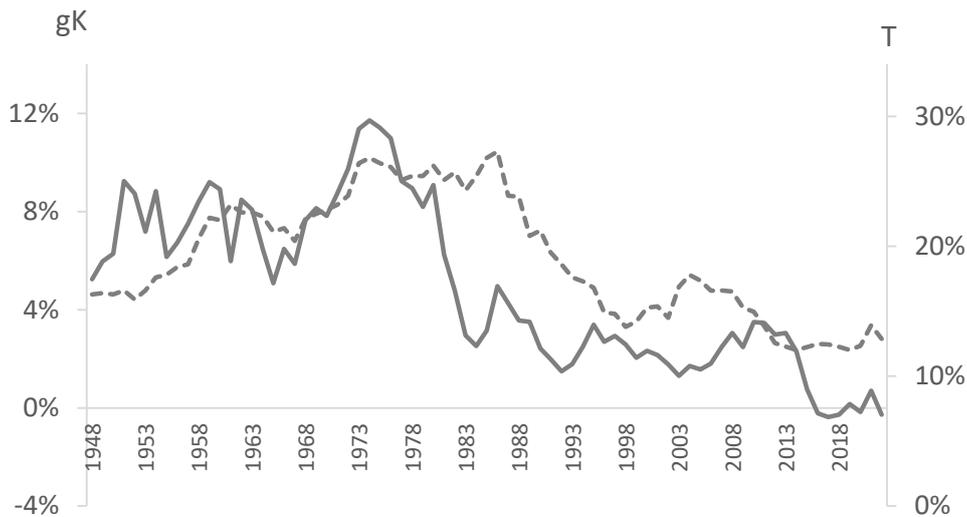


Figura 2: Acumulação de capital, g_K , e parcela da indústria de transformação no PIB, T , no Brasil: 1948-2022

Fonte: Souza Júnior e Cornelio (2020), Haddad (1978), Morceiro (2021) e IpeaData (2024).

3. Desindustrialização e Hegemonia Financeira

O fim da Idade Dourada nos países desenvolvidos na virada da década de 1970 e a adoção do neoliberalismo no começo da década seguinte tiveram efeitos negativos em grande parte das nações subdesenvolvidas, incluindo o Brasil. Enquanto durante o período do desenvolvimentismo a economia brasileira cresceu a taxas elevadas, com média de 7,4% ao ano entre 1947 e 1980, no período posterior, aqui referido como neoliberal, a taxa de crescimento anual diminuiu para 2,2% de 1980 a 2022. Esse declínio no crescimento pode ser atribuído à redução da acumulação de capital fixo, resultante das mudanças institucionais associadas ao neoliberalismo e da queda da taxa de lucro (Marquetti et al., 2023). Após a crise financeira de 2007, que marcou o colapso do neoliberalismo, o crescimento diminuiu ainda mais, caindo para 0,9% ao ano entre 2010 e 2022. Assim, pode-se afirmar que a mudança estrutural marcada pela desindustrialização foi uma das consequências mais evidentes do período neoliberal. A participação da indústria de transformação no valor adicionado bruto reduziu de 27,3% em 1986 para 12,01% em 2019, aumentando para 12,9% em 2022. Para a análise da crise do desenvolvimentismo e a transição ao neoliberalismo ver Marquetti *et al.* (2010).

Há um conjunto de fatores que levaram à desindustrialização da economia brasileira. O primeiro deles foi o abandono do projeto de desenvolvimento nacional. A globalização implica a mobilidade do capital financeiro entre países e a internacionalização do processo produtivo, com a conseqüente redução dos elos entre a burguesia e a nação. Em grande medida, a ideia de uma burguesia nacional que tem por objetivo o desenvolvimento do país perdeu o sentido no neoliberalismo. Ao capital é indiferente qual é o país em que o lucro é obtido. Enquanto a subordinação da burguesia brasileira ao capital internacional tem uma longa história (Fernandes, [1975] 1981), essa passou a ser dominada pelo formato financeiro. Os fluxos financeiros e os movimentos de capitais ocupam um papel central no envio de recursos para o exterior, na determinação da taxa de câmbio e na própria evolução do Ibovespa. A BlackRock Inc., maior gestora de ativos do mundo com sede em Nova York, possui 2,15% do total das ações da Petrobras; 6,12% das ações da Vale; e 3,57% das ações do Itaú Unibanco, as três empresas com maior valor no Índice Bovespa da bolsa de valores brasileira, a B3 (B3, 2023).

Um segundo aspecto relacionado com a questão internacional foi o papel que o Brasil ocupou na divisão do trabalho. Os países de leste asiático, em especial a China, aumentaram a taxa expressiva a produtividade do trabalho na produção de mercadorias industriais. Inicialmente, a China ocupou a produção de setores intensivos em trabalho, migrando com sucesso para setores com maior conteúdo tecnológico e intensidade de capital. Um dos resultados foi a queda relativa dos preços das mercadorias industriais e aumento dos preços relativos das *commodities* agrícolas e minerais. O Brasil ocupou o espaço na divisão internacional do trabalho de produtor de *commodities* agrícolas e minerais, as quais apresentam maior lucratividade do que a produção industrial.

Houve a desorganização do estado e das capacidades estatais em promover o desenvolvimento e o crescimento da indústria nacional. Essa desorganização se iniciou com a crise da dívida externa, que juntamente com os mecanismos de correção monetária e a aceleração da inflação, permitiram a transferência de volumosos recursos para os setores financeiros nacional e internacional. A renda líquida enviada ao exterior aumentou significativamente, passando de uma média anual de 1,4% do PIB na década de 1970 para 4,1% na década de 1980 (IBGE, 2003). Paralelamente, a participação do setor financeiro no PIB elevou-se de 7,8% para 13,8% (IBGE, 2003). Houve, ainda, a

transferência da dívida externa para a dívida interna, um dos fatores do aumento da renda do setor financeiro.

Os poderes econômico e político da burguesia financeira se fortaleceram, enquanto a burguesia industrial e de suas organizações perdiam espaço. Esse movimento avançou com a posse de Collor na presidência. Diversas reformas neoliberais foram implementadas, incluindo a adoção de uma nova forma de integração internacional com a liberalização comercial e financeira. A abertura da conta financeira e o aumento da taxa de juros reais sobre a dívida pública desempenharam papel crucial na expansão da renda financeira.

O programa de desestatização teve início em 1990, com as vendas de empresas públicas nos setores petroquímico e metal. A privatização e a abertura financeira transformaram a bolsa de valores em um centro de acumulação financeira ao longo dos anos 1990. Com a privatização das empresas públicas, muito delas industriais, e a adoção de *corporate finance*, o objetivo mudou de propiciar crescimento econômico para a maximização do valor para os acionistas. Ocorreu o aumento na distribuição de lucros aos acionistas e controladores ao invés do investimento produtivo. Interessante observar que no primeiro trimestre de 2024, as sete empresas com as maiores participações no Ibovespa são: Vale (VALE3), Petrobras (PETR3 e PETR4), Itaú Unibanco (ITUB4), Bradesco (BBDC4 e BBDC3), Eletrobras (ELET3 e ELET6), B3 (B3SA3) e Banco do Brasil (B3, 2023). Dessas empresas, quatro são estatais ou privatizadas (Vale, Petrobras, Eletrobras e Banco do Brasil), com um elevado grau de participação do estado em sua propriedade. Há quatro instituições financeiras (Itaú Unibanco, Bradesco, B3 e Banco do Brasil).

Por um lado, houve a desestruturação do estado desenvolvimentista e de suas instituições, assim como da burocracia estatal responsável por realizar políticas para propiciar maior acumulação de capital. Por outro, o estado brasileiro teve papel fundamental na organização do neoliberalismo. O próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, foi utilizado para financiar o processo de privatização e vários bancos estaduais de financiamento foram fechados. Também ocorreu a privatização de diversos bancos estaduais e a redução da capacidade dos governos estaduais de fazerem políticas regionais de desenvolvimento. Entre os bancos regionais comprados pelos bancos privados estão o Banco do Estado de Minas Gerais

(Bemge), o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), o Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), o Banco do Estado de São Paulo (Banespa), o Banco do Estado do Paraná (Banestado), e o Banco do Estado da Bahia (Baneb).

A política macroeconômica, que no período desenvolvimentismo visava estimular o crescimento econômico, passou a priorizar o controle da inflação como seu objetivo principal. O emprego de política monetária com elevada taxa de juros real para manter a taxa de câmbio sob controle foi utilizada desde 1990, após a abertura financeira. Os efeitos perversos dessa política foram, de um lado, o aumento da dívida interna e a transferência de recursos para o setor financeiro e, de outro, a valorização da taxa de câmbio com efeitos negativos sobre a competitividade da indústria brasileira.

É importante notar que, ao longo do período neoliberal, o setor industrial também passou por processo de financeirização, com parte de sua rentabilidade vinculada às finanças. O pacto de poder no neoliberalismo envolve o capital financeiro, o agronegócio e o setor industrial. No entanto, enquanto a política agrícola é considerada importante para o crescimento econômico do país, assim como os subsídios e isenções fiscais concedidos ao setor, a proposta de política industrial tem sido alvo de inúmeras críticas por parte de setores da imprensa e do sistema financeiro. Uma das razões para isso é que a política industrial está associada ao desenvolvimentismo - o que, de certa forma, acenaria para outro projeto ao país.

Os defensores do neoliberalismo tiveram sucesso, do ponto de vista ideológico, em associar as mudanças institucionais relacionadas à redução do papel do estado como necessárias para a adoção das tecnologias de informação e comunicação. Contudo, o aumento da produtividade do trabalho no período foi inferior ao do desenvolvimentismo. Entre 1950 e 1980, a produtividade do trabalho cresceu a 4,1% ao ano, enquanto de 1990 a 2022 o crescimento anual foi de 0,9% ao ano, tendo sido negativo na década de 1980.

A adoção das tecnologias de informação e comunicação, as mudanças institucionais neoliberais, bem como a desindustrialização tiveram efeito reduzido sobre a taxa de lucro, como pode ser observado na Figura 3. A rentabilidade do capital encontra-se em valores abaixo aos verificados durante o desenvolvimentismo devido à queda da relação produto capital que ocorreu na economia brasileira entre meados da década 1970 ao

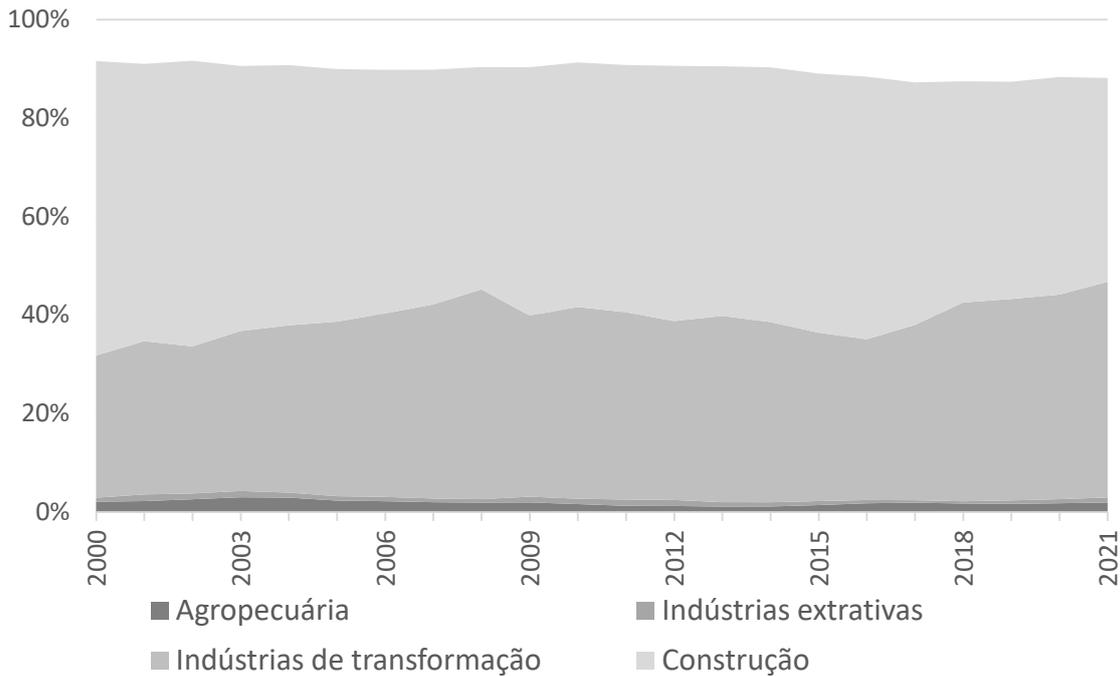
final dos anos 1980. Essa queda decorreu, principalmente, devido ao aumento dos preços dos bens de capital (Marquetti et al., 2010).



Figure 3: Taxa de lucro no Brasil: 1950-2021

Fonte: Marquetti et al. (2023)

A formação bruta de capital fixo está diretamente ligada à rentabilidade do capital. Em períodos de baixa rentabilidade, os estímulos para investimentos em capital fixo são reduzidos. A Figura 4 ilustra a evolução percentual da acumulação de capital setorial entre 2000 e 2021, conforme dados da Tabela de Recursos e Usos do Sistema de Contas Nacionais do Brasil (IBGE, 2023). Observa-se que o setor da construção respondeu por cerca da metade dos investimentos, enquanto a indústria de transformação representou aproximadamente um terço. Em conjunto, esses setores foram responsáveis por mais de 85% do total da formação bruta de capital fixo na economia brasileira durante o período considerado. Dentro do setor da construção, mais de 40% dos investimentos correspondem à construção residencial. Por sua vez, a agropecuária foi o terceiro setor com maior investimento, representando cerca de 2% do total. Portanto, a baixa rentabilidade do capital tem inibido o aumento da formação bruta de capital fixo e, conseqüentemente, tem contribuído para as taxas reduzidas de crescimento da indústria manufatureira do Brasil (IEDI, 2016).



Fonte: IBGE (2023)

Após 2007, o neoliberalismo entrou em crise nos Estados Unidos e nos países desenvolvidos. As palavras de Trump, “Make America Great Again”, refletem uma inflexão das políticas neoliberais. A crise de hegemonia americana decorre do avanço chinês e, principalmente, do reduzido crescimento dos Estados Unidos no neoliberalismo. A administração Biden tomou uma série de medidas para enfrentar a ascensão da China e expandir a acumulação de capital, incluindo o investimento em infraestruturas, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento. A administração também tomou medidas para diversificar as cadeias de abastecimento e fortalecer alianças com outros países da região. Entre elas estão o “American Jobs Plan” e o “American Families Plan”, que pretendem investir trilhões de dólares em infraestrutura, energia limpa e outras áreas; o “CHIPS and Science Act”, que prevê créditos e subsídios para a produção doméstica de chips; o “Inflation Reduction Act”, que busca responder as questões de mudanças climáticas e estimular o crescimento econômico; e o “Indo-Pacific Economic Framework for Prosperity”, para propiciar novas cadeias de abastecimento e fortalecer alianças com outros países da Ásia. As mudanças na política econômica, denominadas de “novo Consenso de Washington”, foram resumidas por

Jake Sullivan (2023), o conselheiro de segurança nacional do Pres. Biden, em sua fala na Casa Branca em abril de 2023.

Enquanto isso, o Brasil, a partir de 2015, adotou política econômica com predominância neoliberal, marcada pela adoção de medidas fiscais e monetárias contracionistas. A queda nos preços das *commodities* no mercado internacional e a redução em um terço dos investimentos da Petrobras entre 2013 e 2015 contribuíram para intensificar a crise econômica. Por sua vez, os vazamentos da “Operação Lava Jato” à imprensa estimularam o clima de beligerância contra o governo. A crise econômica permitiu a formação da coalizão, composta por capitalistas agrários, industriais e financeiros, setores conservadores do judiciário e a mídia, favorável ao *impeachment* da Pres. Rousseff. Esses setores viam a necessidade de aprofundar as reformas neoliberais.

O PMDB, partido do vice-presidente apresentou as mudanças "necessárias" em 2015, no documento 'Uma Ponte para o Futuro', que propunha diversas medidas para ampliar a lucratividade e controlar o déficit fiscal. Essas propostas representaram uma guinada neoliberal, atendendo às demandas da do meio empresarial e dos políticos que o respaldam e servindo como o 'programa' do governo Temer. A partir do *soft coup*, em 2016, foram implementadas diversas reformas neoliberais, incluindo a lei do teto, da previdência, reformas trabalhistas, mudanças na legislação do Pré-Sal e privatizações. O governo Bolsonaro deu continuidade ao neoliberalismo tardio. O resultado foi o baixo crescimento da economia, que também sofreu com os efeitos da COVID-19. Entre 2015 e 2022, o estoque de capital fixo declinou 0,4%, indicando que a formação bruta de capital fixo no período não cobriu a depreciação. Contudo, a taxa de lucro aumentou: em 2022, os valores observados foram similares aos verificados em meados da década de 2000, em particular, devido a transferência de renda do trabalho para o capital.

Portanto, a desindustrialização brasileira é resultado de um conjunto de fatores. Da nossa perspectiva, as duas principais razões decorrem das mudanças institucionais decorrentes da hegemonia financeira, que se expressa no neoliberalismo, e da queda da rentabilidade do capital. A recente proposição de uma política industrial por parte do governo Lula pode representar os primeiros passos para mitigar a absoluta hegemonia dos setores financeiro e agrário, com possibilidades, se exitoso, de acenar para novo projeto ao país. Contudo, com a exceção das mudanças institucionais adotadas nos anos

1930 que deram origem ao desenvolvimentismo, a tendência é o país seguir, com defasagem, as mudanças institucionais providas de países líderes.

4. Considerações finais

As mudanças estruturais na economia brasileira, tanto no período do desenvolvimentismo quanto a partir de 1980, quando há predominância do neoliberalismo e da globalização, devem-se a uma variedade de fatores, abrangendo questões políticas, institucionais, competitivas, tecnológicas e distributivas. A reversão da desindustrialização, pela intensidade em que esta ocorreu, sugere que a mesma não se deveu a “erros” de políticas econômicas, mas se trata de problema estrutural cuja reversão exigirá não apenas a manipulação de políticas econômicas instrumentais (cambiais, monetárias e fiscais), mas mudanças institucionais capazes de reduzir a hegemonia dos setores financeiro e agrário, com maior abertura de espaço ao setor industrial e a segmentos sociais beneficiados com maior redistribuição de renda.

Nota-se, nas últimas décadas, que mesmo diante de tentativas tímidas de reverter a concentração de renda (como o aumento real do salário mínimo e programas sociais, como o Bolsa-Família), a economia brasileira respondeu de forma significativa, como na primeira década do século XXI. Tal fato mostra que apesar de responder positivamente e de forma célere a estímulos da demanda e a políticas econômicas pontuais, sem mudanças institucionais elas se restringem a ciclos limitados, que se esgotam em curtos períodos de tempo, o que, em média, resultam em um crescimento econômico baixo e sem sustentação no longo prazo. A proposta do setor financeiro e seus parceiros, incluindo a indústria, expressa no documento 'Ponte para o Futuro', visa reduzir os custos do trabalho e diminuir o estado de bem-estar social estabelecido pela Constituição de 1988, com a intenção de aumentar a rentabilidade do capital, o que aumentaria a concentração da renda.

Como não há indícios, nem mesmo remotos, que tal processo ocorrerá de forma espontânea, cabe ao estado um papel central na retomada do investimento, promovendo maior taxa de acumulação de capital frente à baixa da taxa de lucro. Isso envolve o investimento em setores de baixa rentabilidade e maior risco por parte das empresas

públicas e do estado, enquanto as empresas privadas podem se centrar em setores com maior rentabilidade e menor risco.

A recente proposta de política industrial pode promover uma reflexão sobre projeto nacional de desenvolvimento, propiciando um efeito educativo ao trazer ao debate qual país desejamos para o futuro – questão abandonada no Brasil desde a década de 1970. Essa é a questão fundamental a ser respondida, e o debate sobre a política industrial poderá trazer consigo elementos que contribuam para a sociedade brasileira encontrar respostas viáveis e com sustentação para serem executadas.

5. Referências

Abreu, M. (2010). “*A economia brasileira 1930-1964*”. Texto para Discussão 585. PUC-Rio.

Abreu, M. (1992). Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945. Em: Abreu, M. (org.). *A Ordem do Progresso; Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus.

Arend, M. (2014) “A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho”. Em: Calixtre, B., Biancarelli, A.; Macedo C. *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: IPEA.

B3. (2023). *Composição da carteira do Ibovespa*. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/indice-ibovespa-ibovespa-composicao-da-carteira.htm. Acesso em: 15/02/2023.

Bolt, J., e Van Zanden. (2020). “*Maddison style estimates of the evolution of the world economy. A new 2020 update*.” Maddison-Project Working Paper WP-15, University of Groningen, Groningen, The Netherlands.

Castro, A. (1997). “Renegade development: rise and demise of state-led development in Brazil”. In: *Seminário Internacional Instituições e Desenvolvimento Econômico*, Rio de Janeiro.

Castro, A., Souza, F. (1984). *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Draibe, S. (1985). *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Erber, F. S. (2011). As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. *Revista de Economia Política*, v. 31, n. 1, p. 31-55.
- Fernandes, F. ([1975] 1981). *A Revolução Burguesa no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar
- Fausto, B. (1970). *A Revolução de 30*. São Paulo: Brasiliense.
- Fishlow, A. (1972). "Origins and Consequences of Import Substitution in Brazil." Em: Di Marco, L. (ed.). *International Economics and Development: Essays in Honor of Raúl Prebisch*. New York: Academic Press.
- Fonseca, P. C. D. (2014). Desenvolvimentismo: a Construção do Conceito. Em: Calixtre, B., Biancarelli, A.; Macedo C. *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: IPEA.
- Furtado, Celso, ([1959] 1977). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional.
- Gerschenkron, A. (2015). *Economic backwardness in historical perspective*. Cambridge: Harvard University Press.
- Haddad, C. (1978). *Crescimento do Produto Real no Brasil, 1900-1947*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- IBGE (2023). *Tabelas de Recursos e Usos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>. Acesso em: 19/02/2024.
- IEDI. (2016). "*Sem lucro, sem investimento.*" *Carta IEDI*.
- Ipeadata (2024). *Ipeadata*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 11/02/2024.
- Lawrence, R., e Edwards, L. (2013). US employment deindustrialization: insights from history and the international experience. *Policy Brief*, (13-27).

- Marquetti, A., Morrone, H., Miebach, A., e Ourique, L. E. (2019). Measuring the profit rate in an inflationary context: The case of Brazil, 1955–2008. *Review of Radical Political*
- Marquetti, A., Maldonado Filho, E., & Lautert, V. (2010). The profit rate in Brazil, 1953-2003. *Review of Radical Political Economics*, 42(4), 485-504.
- Marquetti, A., Maldonado Filho, E., Miebach, A., e Morrone, H. (2023). "Uma interpretação da economia brasileira a partir da taxa de lucro: 1950-2020." *Brazilian Journal of Political Economy*, 43: 309-334.
- Morceiro, P. (2021). Influência metodológica na desindustrialização brasileira. *Brazilian Journal of Political Economy*, 41(4), 700-722.
- Peláez, C. M. (1969). “Acêrca da Política Governamental, da Grande Depressão e da Industrialização no Brasil.” *Revista Brasileira de Economia*, 23(3): 77/88.
- Souza Junior, J.R.D.C. and Cornelio, F.M., 2020. *Estoque de capital fixo no Brasil: Séries desagregadas anuais, trimestrais e mensais*. Texto para Discussão IPEA 2580.
- Sullivan, J. (2023). "Remarks by National Security Advisor Jake Sullivan on Renewing American Economic Leadership at the Brookings Institution." Speech delivered April 27, 2023. Disponível em <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2023/04/27/remarks-by-national-security-advisor-jake-sullivan-on-renewing-american-economic-leadership-at-the-brookings-institution/>. Acesso em 16/02/2024.
- Tavares, M.C. (1972). *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Toscano, Ó. M. M. (2012): “Os Governos de Afonso López Pumarejo: Estado e Reformas Econômicas e Sociais na Colômbia”. Tese de Doutorado, PPGE/UFRGS.
- Versiani, F. (1980). Industrialização e a Economia de Exportação: a experiência brasileira antes de 1914. *Revista Brasileira de Economia*, 34 (1):3-40 jan./mar.
- Villela, A., e Suzigan, W. (1973). *Política do governo e crescimento da economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.